



ACADEMIA JOINVILENSE

1969

Suplemento Literário

HEKADEMEIA

**# 04**

**NOSSOS HISTORIADORES**

**Vol. 2 -No. 2 – Joinville, fevereiro de 2017**

**ACADEMIA JOINVILENSE DE LETRAS**

## Hekademeia Vol. 2, No. 2

### SUMÁRIO

<b>Raquel S. Thiago</b> – Lar Abdon Batista	5
<b>Maria Cristina Dias</b> – Pausa para um gole	12
<b>Nelci Seibel</b> – Síntese histórica de S.F do Sul	18
<b>Hilton Gorresen</b> – Lendas de S F. do Sul	25
<b>Carlos Adauto Vieira</b> – A bicicleta e Joinville	33
<b>Milton Maciel</b> – Esse desconhecido João Ramalho	38
<b>Apolinário Ternes</b> – Admirável espetáculo	44

***HEKADEMEIA** é forma original e mais antiga da palavra Akademia. Era um bairro distante pouco mais de um quilômetro da Acrópole de Atenas, dedicado ao herói grego Akademos (em latim Academus) e à deusa Palas Atena, uma planície onde havia jardins e bosques sagrados de oliveiras. Ali Platão possuía um terreno, no qual reunia seus discípulos para transmitir-lhes seus ensinamentos. Daí surgiu, por evolução, o conceito de Akademia, como um lugar e uma congregação onde se reúne a nata da intelectualidade local.*

**HEKADEMEIA** é um Suplemento Literário mensal, publicado pela Academia Joinvilense de Letras, para possibilitar a comunicação de seus acadêmicos com os leitores em geral de todo o mundo lusófono. Soma-se, assim, aos livros-coletânea ENSAIO e à revista ENSAIO, seus parentes AJL mais volumosos e de maior circulação.

Este quarto número de Hekademeia apresenta trabalhos de nossos acadêmicos que se destacam como historiadores. *E também textos de acadêmicos que, mesmo não sendo historiadores, abordam temas de cunho histórico de um modo geral.*

Nos números seguintes, teremos a vez dos nossos ensaístas, editores, juristas, instrutores, poetas, pioneiros e números de exclusiva produção feminina.

Nas páginas mensais de HEKADEMEIA poderão aparecer, em igualdade de condições, tanto textos dos nossos acadêmicos contemporâneos, como dos acadêmicos já falecidos e também de nossos patronos.

### **Números anteriores de HEKADEMIA:**

HEKADEMEIA 1: Nosso Cronistas – Novembro/2016

HEKADEMEIA 2: Nosso Contistas – Dezembro/2016

HEKADEMEIA 3: Nossos romancistas – Janeiro/2017



A Academia Joinvilense de Letras funciona, desde 2014, no belíssimo prédio histórico da Sociedade Harmonia Lyra, no centro da cidade – à Rua 15 de Novembro, 485.

Aí se desenrolam as reuniões, os Cafés Acadêmicos, as Assembleias e, em seu Salão Nobre, a extraordinária Sala Mozart, os importantíssimos eventos literários como palestras e seminários e os eventos artísticos, os SARAUS da AJL.

## RAQUEL S. THIAGO



Joinvilense, a historiadora e acadêmica Raquel S.Thiago é autora de *Coronelismo Urbano em Joinville* [1988]; *Fourier, Utopia e Esperança na Península do Saí* [1995]; *Eu Wittich Freitag*[2001; *Joinville - os Pioneiros*[ 2v. em co-autoria com Thereza Böbel [2001 e 2006]; *Lar Abdon Batista,100 anos de história* [2011]; *São Francisco do Sul – Memória e História – Anotações de Manoel Deodoro de Carvalho, org* [2014] além de capítulos em livros, artigos em revistas acadêmicas e na imprensa catarinense.

Apresentou no Canal 20 de televisão (Joinville), em 2000, o programa *Tempos de Joinville*, entrevistando pesquisadores que escreveram sobre a história da cidade, dando origem à obra impressa do mesmo nome lançada em 2008.

Foi Diretora do Arquivo Histórico de Joinville [1986-1989], Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão na então FUR [1990-1993] onde lecionou nos Cursos de História e Ciências Econômicas durante 34 anos e exerceu as funções de Diretora de Cultura da Fundação Cultural de Joinville [1994-1996]. É sócia honorária da Academia de Letras e Artes de São Francisco do Sul.

# LAR ABDON BATISTA - 100 ANOS DE HISTÓRIA

## 2º CAPÍTULO

### INSTITUIÇÃO E SOCIEDADE ASYLO DE ÓRFÃOS E DESVALIDOS DE JOINVILLE

**Uma questão social** - Em 1911 era consenso entre a sociedade joinvilense que os problemas sociais estavam estabelecidos como o lado sombrio de uma cidade que se ufanava de tanto progresso. Consolidada como município após desmembrar-se de São Francisco em 1866 e com a melhor infraestrutura da região, acabou por tornar-se o ponto de referência dos habitantes dos novos núcleos coloniais surgidos nas últimas décadas do século dezenove, como São Bento, Jaraguá, Bananal (atual Guaramirim) e Hansa (atual Corupá). A única alternativa para quem precisasse tratar da saúde ou buscar ajuda em momentos de grandes dificuldades como doença, morte e pobreza, era dirigir-se a Joinville

**Uma questão política** - Na edição de 8 de abril do mesmo ano, sob o título “Criação de Asylo, o Jornal do Commercio de Joinville anunciava para o dia seguinte, às 5 horas da tarde, uma reunião no Clube Joinville com as pessoas que haviam acolhido a ideia da fundação de um orfanato para abrigar *os pequeninos órfãos que por aí vivem no desamparo*. Era a imprensa assumindo a campanha pró-asilo ou melhor, o jornal porta-voz da facção liderada por Abdon Batista, na qual predominavam os luso-brasileiros e/ou ex-federalistas .

Dessa vez o grupo que estivera reunido no Clube dias antes, a lembrar episódios da Revolução Federalista e outros tantos “causos”, teria por tarefa dar os primeiros passos em direção a ações específicas, capazes de dirimir os males sociais que deixavam no desamparo órfãos pobres e velhos desvalidos. E assim foi. O seletos e prestigiado grupo atendeu ao chamado, comparecendo mais uma vez ao salão do Clube Joinville para a fundação da “Sociedade de Caridade Asylo de Órfãos e Desvalidos”, da qual Abdon Batista

seria o primeiro presidente. A assembleia transcorreu sob a presidência do Dr. Heráclito Ribeiro, juiz de órfãos e foi secretariada pelo Dr. Arthur Costa, genro de Abdon Batista, quando foi aprovada, por unanimidade, a proposta de Oscar Schneider para que a Instituição estabelecesse não somente um asilo para órfãos desprotegidos, como também para os pobres sem lar que vivessem da caridade pública.

Depois de aprovados os estatutos foram eleitos os diretores, o conselho fiscal e respectivos suplentes da Sociedade. Abdon Batista foi eleito provedor, tendo como vice Oscar Schneider, enquanto a tesouraria era delegada a Gustavo Richlin e a secretaria a José Honorato Rosa. Os srs. Augusto Urban, Patrício Rogério da Maia e Germano Stein, constituíram o conselho fiscal, com os suplentes Domingos da Nova Júnior, Henrique Alves Dingee e Henrique Meyer. Nessa mesma ocasião foi eleita uma comissão para redigir os estatutos, aprovados em assembleia posterior <sup>1</sup>.

Ganhava personalidade jurídica a Sociedade de Caridade Asylo de Orphãos e Desvalidos, com a publicação dos seus estatutos anunciada pelo Commercio de Joinville de 29 de abril que, no entanto, deixava entrever vestígios de uma mal disfarçada competitividade política:

*“ (...) Todas as consciências sãs estarão certamente do nosso lado nesta missão piedosa, em que a nós coube o papel de convocar e despertar as energias, destinadas a essa obra pia, que pediam boa vontade e iniciativa para produzir os melhores resultados. É preciso que a maledicência proterva não assalte o templo da caridade cristã e social. O Asilo é um*

---

<sup>1</sup> A comissão era composta pelos senhores Alfredo Nóbrega de Oliveira, Axel Von Diringshoen e Francisco Simas.

*estabelecimento destinado ao bem da humanidade, ao amor ao próximo, não tem cor pessoal nem partidária. Hoje tem uma direção eleita pelos sócios atuais, amanhã poderá ter outra, eleita na forma dos estatutos. É de se esperar que essa utilíssima instituição mereça o apoio, o auxílio de todos, sem preocupações mesquinhas, sem considerações ridículas, que é preciso, de uma vez por todas, serem abolidas da nossa comunhão social(...)*

De fato, a construção do asilo tornara-se alvo de um embate político que se expressava pela troca de artigos ácidos entre a Gazeta de Joinville, jornal da oposição, e o Commércio de Joinville e o Die Fackel, estes de propriedade do então Prefeito Abdon Batista. Na edição de 22 de abril o Gazeta de Joinville desenterrava fatos passados há anos para minimizar o “feito” dos seus adversários, ao publicar artigo afirmando que a ideia da instalação de um asilo em Joinville partira do pastor protestante J. V. Czékus, já no ano de 1897. Ao retirar-se da Comunidade Evangélica o pastor deixara em caixa, para aquele fim, cerca de oito contos de réis, importância que teria percorrido um longo percurso na Caixa Econômica, além de ser acrescido com doações do Estado.

Afirmava também o Gazeta que o Coronel Felipe Schmidt, então Senador Federal, conseguira o auxílio de 10 contos de réis, dos quais Oscar Schneider, quando prefeito, havia “lançado mão” para fazer face a despesas com a construção da cadeia pública, em troca de apólices fornecidas pelo Governo do Estado para este fim, pois na ocasião não encontrara tomadores. E mais: em visita a Joinville por ocasião do cinquentenário da cidade, em 1901, quando foi lançada a pedra fundamental do asilo, o mesmo Coronel Felipe Schmidt, já como Governador do Estado, oferecera mais três contos de réis.

Nos cálculos dos redatores do jornal, todos os recursos até então arrecadados para a construção, inclusive os juros vencidos,



formavam um capital de 30 contos de réis que estariam depositados para este fim. Enfatizava o jornal que a ideia da construção do Asilo não havia caído no esquecimento do grupo opositor. Somente ainda não fora construído por falta de recursos que garantissem a manutenção do orfanato.

*Ora, se se quiser construir um edifício com todos os requisitos que exigem obras desta natureza, como jardins, mobiliários, oficinas, etc., o dinheiro existente quando muito chegará para as despesas a se fazerem, ficando os encargos com a administração e asilados à mercê do acaso* <sup>2</sup>.

Ao que parece, até então a construção do asilo não fora prioridade, uma vez que os recursos existentes haviam sido canalizados para a construção do Hospital Municipal. Depois novamente tomaram outros rumos, dessa vez para a cadeia pública. O fato é que Abdon e seu grupo encamparam a causa, estavam dispostos a executá-la e a oposição reagia.

*Que qualquer ponha em execução uma obra começada está direito, mas pretender por isso apagar os méritos alheios é muita ousadia. Façam o Asilo, mas não se esqueçam que o seu iniciador foi o padre evangélico J. V. Czékus, e que parte do capital foi arrecadado dentre o nosso povo* <sup>3</sup>.

Iniciava-se, então, nova etapa que envolveria a construção do prédio onde deveria funcionar o asilo, na rua Procópio Gomes, em terreno doado pela Prefeitura.

---

<sup>2</sup> Commercio de Joinville, 15 de abril de 1911.

<sup>3</sup> A Gazeta de Joinville, 22 de abril de 1911.

**Mãos à obra** – Coube à Associação de Caridade Asylo de Órfãos e Desvalidos de Joinville assumir a responsabilidade de levantar recursos para a construção do prédio onde seria instalado o asilo. Esses recursos procediam, em princípio, das contribuições dos associados, da Prefeitura, do Governo do Estado, e dos sócios beneméritos, assim considerados aqueles que fizessem donativos no valor igual ou superior a 500\$000 e os que houvessem prestado relevantes serviços à Associação. Em 16 julho de 1916 foi inaugurado o prédio onde no mesmo dia ingressaram as primeiras crianças e os primeiros idosos.

**Um modo de estar no Brasil-República** - Assim como a cidade se modernizava e a população crescia, o processo de institucionalização acelerava-se não sem os naturais conflitos que ocorrem sempre que se estabelecem novos espaços de poder. Mais de duas décadas haviam transcorrido desde a proclamação da república e, passadas as turbulências dos primeiros tempos e assentados acordos no interior do Partido Republicano Catarinense, as novas lideranças políticas e econômicas da cidade já estavam estabelecidas. Restava-lhes garantir o seu modo de estar no Brasil-República, quando os ideais republicanos de civilização passaram a constituir-se na principal referência para as elites que disputavam projetos destinados à construção de uma nova sociedade. Não sem uma lógica no contexto nacional, em 1916 foi registrado em Joinville o Tiro-de-Guerra 226, e dois anos após, em 1918, era instalado o 13º Batalhão de Caçadores, seguindo-se à reestruturação do Exército que se operava na época, em resposta aos novos conceitos de defesa nacional e certamente como um desdobramento da Primeira Guerra Mundial <sup>4</sup>.

Ao mesmo tempo, os asilos e internatos adquiriram relevância política e social em várias cidades brasileiras, mesmo porque

---

<sup>4</sup> Sobre este assunto recomendo a leitura do trabalho de Guedes, OliveiraNeto e Oslka : O Exército e a Cidade: Joinville e o seu Batalhão, p.52

epidemias de febre amarela se alastravam pelo país, o que fazia aumentar a orfandade. Tirar crianças e desvalidos das ruas estava dentro do que se considerava progresso. Não é de se estranhar, portanto, que a “paternidade” do Asilo tenha assumido um valor político e social até então não requisitado.

As doações, no entanto, não foram exclusividade da elite: pequenos comerciantes, artesãos, sapateiros, padeiros, todos se lembravam do Asilo, especialmente no Natal. E assim, durante sua trajetória de altos e baixos, até aos dias de hoje nunca faltou à Instituição o engajamento da sociedade joinvilense aos provedores e autoridades responsáveis. Em grande parte, isso reflete o respeito e a solidariedade ao trabalho das Irmãs da Divina Providência, quase todas vindas da Alemanha. Afinal, grande parte da população era de origem germânica e certamente se orgulhava dos excelentes serviços que as irmãs vinham prestando a Joinville e arredores desde o início do século.

## MARIA CRISTINA DIAS



Maria Cristina Dias é jornalista, formada pela Universidade Federal fluminense (UFF/RJ), pós-graduada em Marketing e Comunicação pela FGV/Sociesc e mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, pela Univille/Joinville.

Como jornalista, desenvolve um trabalho contínuo de resgate da Memória de Joinville, a partir de entrevistas e pesquisas em fontes primárias, como documentos e periódicos da cidade. É membro da Academia Joinvilense de Letras.

É autora do livro “Se essas paredes falassem... – Um breve olhar sobre antigas casas que marcaram a construção de Joinville” (2011) e coautora dos livros “Henrique Loyola – Colecionador de Desafios” (2012) e “Uma Década de Evolução do Mercado Imobiliário – Núcleo das Imobiliárias da Acij” (2013).

É produtora e editora das revistas biográficas “Dirce – 80 Anos” (2015), “O corpo que flui... e dança” (2016) e “Minha Infância durante a 2ª Guerra Mundial – Helga de Loyola” (2016).

## PAUSA PARA UM GOLE

*Cervejaria Tiede foi fundada em 1889, renovou-se como Catharinense e ainda hoje é lembrada como a Cia Sulina Antártica*

Tomar uma cerveja com os amigos no final de um dia de trabalho não é algo novo em Joinville. A Colônia Dona Francisca ainda estava sendo estruturada e as primeiras cervejarias já começavam a produzir a bebida, que passaria a integrar o dia a dia da comunidade nos momentos de alegria, confraternização, e – por que não? – de tristeza. Nascida ainda no século 19, a Cervejaria Tiede passou por momentos difíceis com a morte prematura de seu fundador, foi rebatizada de Catharinense por volta de 1915 e, com uma linha de produtos que incluía gasosas, licores e até xaropes de frutas, fez parte da vida de gerações de joinvilenses ao longo do século 20, com o nome de Cia. Sulina Antártica.

As primeiras garrafas produzidas na Cervejaria Tiede começaram a chegar na mesa dos consumidores em janeiro de 1889. A abertura oficial do novo empreendimento foi no primeiro dia do ano e na edição de 9 de janeiro de 1889, o jornal Reform, de circulação local, publicava uma nota informando a comunidade: “O proprietário de cervejaria, Sr. Alfred Tiede, que até este momento era sócio da firma Cervejaria Tiede & Beyerstedt, recentemente fechada, abriu a sua própria cervejaria, a qual também administra, no dia 1 de janeiro, sob a denominação de Alfred Tiede”, segundo tradução da pesquisadora Brigitte Brandenburg.

Tiede apostou na crítica dos jornais e enviou para o editor, “como amostra”, 25 garrafas de sua produção. O resultado foi a nota que visava atrair mais clientes. “Julgamos que a amostra que nos foi enviada apresenta um gosto forte em uma cerveja muito clara e de bom encorpamento, que nós, consumidores de cerveja, desejamos. É uma cerveja que está acima das melhores cervejas aqui criadas, e que pode colocá-las em segundo lugar”, aproveitando para salientar o preço do produto, considerado bom para a época. “Levando-se em

consideração a concorrência, o Sr. A. Tiede estabeleceu o preço de uma dúzia de garrafas em 2\$000 réis, sem que isto afete a qualidade da cerveja. Se o Sr. A. Tiede mantiver-se fiel a este princípio e fermentar a sua cerveja com a mesma qualidade da que nos enviou, não faltarão encomendas e os consumidores de cerveja devem levar em consideração que, quanto maior a concorrência, melhor será para a situação atual do mercado”.

A nova cervejaria foi criada na antiga Mittelweg, o Caminho do Meio, atual rua 15 de Novembro, no mesmo local onde depois funcionou a Cervejaria Catharinense e a Antártica e que hoje é conhecido como Cidadela Cultural Antártica. Usava as águas puras que brotavam na região. Cervejeiro, Alfred Tiede chegou à Colônia Dona Francisca solteiro, aos 27 anos, em 1881, e casou-se com Mathilde Brand, a Lilly, que havia chegado no mesmo ano, em outro navio. O casal foi morar em um lote de 5,50 morgos (um morgo é cerca de 2.400 metros quadrados) no Caminho do Meio, onde anos depois, Tiede abriu a cervejaria.

Alfred Tiede morreu de câncer, em 1904, e não deixou filhos. Ele e Lilly tiveram apenas uma criança que também já havia falecido. O casal, então, adotou um sobrinho que tinha o mesmo nome do tio: Alfred Tiede. A coincidência de nomes cria certa confusão quando se pretende lembrar a história da empresa. O fundador do empreendimento, porém, era nascido em Thurn e filho de Christian Friedrich Tiede e Mathilde Braun Tiede (que, viúva, também imigrou para Joinville). O sobrinho, por sua vez, era Alfred Carl Tiede, nascido em 1893, e filho de Rudolf Baade e Marie Tiede. As informações constam no Kolonie Zeitung, em nota que comunica seu casamento com Gertrud Bennack, em 1917, e foram traduzidas por Brigitte Brandenburg.

Após a morte do marido, Lilly Tiede a princípio assumiu os negócios da família. Rótulos da primeira década do século 20 mostram o novo nome da empresa: “Vva. de A. Tiede”. Na segunda década do século 20, por volta de 1915, o sobrinho Alfred Tiede assumiu os negócios da mãe adotiva. Nos rótulos, o nome da empresa

já aparecia como “Alfred Tiede & Cia”. Nos anos 20, com a chegada de um sócio, os rótulos passam a apresentar a identificação “Tiede, Seyboth & Cia”.

A princípio, a empresa fabricava cerveja de alta fermentação. Foi só na gestão de Tiede, o sobrinho, que começou o processo de baixa fermentação. “A modificação no processo visando alcançar maior produtividade trouxe também problemas financeiros que culminaram com a transformação da Tiede, Seyboth & Cia em Cervejaria Catharinense”, explicou Walter de Queiroz Guerreiro, em sua “Resenha Histórica da Companhia Sulina de Bebidas Antártica”. Na resenha consta que na formação da Cervejaria Catharinense houve o aporte de capital de empresários e firmas da região, como Henrique Douat, Eugênio Fleischer, Colin&Co, Böhm, H. Zimmermann e Werner Metz e Max e Georg Keller.

“Tornando-se assim a maior cervejaria do Estado, com produção de 18 mil hectolitros/ano e capital investido de 800 contos de réis”, detalha, acrescentando que nesta época, final dos anos 20 e década de 30, o local contava com 80 empregados e produzia as marcas Ouro, Pilsen, Catharinense, Clarinha, Sem Rival, Porter e München, além de refrigerantes. E no início da década de 40 deixa, definitivamente, de levar o nome Tiede. “Em 1942 a Cervejaria Catharinense é reinaugurada e, com a conclusão do novo prédio, Werner Metz assume como diretor-presidente”, afirma Walther em sua pesquisa.

### **Matriz em São Paulo e unidades fabris pelo Brasil**

Nos anos 50, a antiga Cervejaria Tiede e Cervejaria Catharinense havia sido incorporada por um grupo maior: a Companhia Antártica Paulista, que tinha matriz em São Paulo e unidades fabris espalhadas pelo país. Em 1954, Kurt Germano Freissler começou a trabalhar no local – e durante 25 anos fez parte do dia a dia da empresa. Aos 95 anos, a viúva de Kurt conta que ele a princípio era chefe da área máquinas da Hoepcke, quando um dos diretores da Antártica o convidou para assumir como gerente na

cervejaria. Quando, no início dos anos 70, ela se tornou a Cia. Sulina de Bebidas Antártica, Kurt Freissler foi diretor, comandando uma rede que tinha unidades vinculadas a Joinville em Curitiba, Porto Alegre e Caxias do Sul, entre outras cidades.

Zulma lembra que quando o marido começou a trabalhar no local, a empresa era pequena, com menos prédios. “Aos poucos foi feita a expansão. Substituíram algumas máquinas, fizeram depósitos. A única coisa que ficou foi a casa de máquinas. Cresceu muito e ficou muito bom”, recorda, falando de um momento de renovação na companhia que, na época, já era quase centenária.

Usava-se a água da fonte do terreno, mas Zulma explica que havia uma fonte na rua Padre Anchieta, de onde vinha água por uma canalização subterrânea para a cervejaria. Com isso, era possível atender a demanda. “A Antártica comprou aquela propriedade e havia duas fontes: uma perto da rua e outra mais para trás. Uma tinha 120 metros de profundidade e a outra, 60”, garante ela, ressaltando a qualidade do líquido.

Nesta época, a empresa tinha dois cervejeiros, Curt Zastrow e Friedrich Müller que estudaram na Alemanha e trabalharam durante décadas no local. Mas também formava seus próprios funcionários. Muitos começavam no estoque, lidando com a matéria-prima, para depois começar a participar no processo fabril. “Começavam bem jovens e faziam carreira lá”, lembra.

Kurt Freissler não pegou o tempo de Werner Metz e respondia diretamente à matriz, em São Paulo. “Ele já entrou na Antártica Paulista”, diz Zulma.

Durante muitos anos, a Antártica dominava o mercado local e era a mais consumida nas festas – que não eram poucas. Na Sociedade Ginástica, por exemplo, chope era da Antártica. Com o tempo, distribuidoras de outras marcas chegaram. E, em uma cidade onde todos se conheciam, as brincadeiras e provocações eram muitas. “Quando íamos em uma festa, o Acyr Pizzato, mandava uma Brahma



para o Kurt tomar. Eu ria... Ele levava na esportiva”, diverte-se Zulma, referindo-se ao distribuidor da cerveja concorrente nos anos 70.

Em 1979, Kurt Germano Freissler tinha 69 anos e no dia 17 de dezembro festejou os 25 anos na empresa. Dez dias depois, faleceu repentinamente, sem nunca ter se aposentado.

Em 1998 foi a vez do fim da fabricação da cerveja Antártica em Joinville. Segundo a resenha histórica de Walter Guerreiro, na época o patrimônio foi passado para a Bebidas Antártica Polar, que em 2001 o vendeu à Prefeitura de Joinville. Hoje, os antigos galpões e depósitos formam a Cidadela Cultural Antártica, na avenida 15 de Novembro.

*(Publicado originalmente no jornal Notícias do Dia/Joinville)*

## NELCI SEIBEL



Nelci Seibel é natural de Bom Princípio / RS. Formada em Comunicação Social – Relações Públicas, pela UNISINOS – São Leopoldo / RS, cursou Pós-Graduação em Gramática e Produção de Texto, na UNIVILLE – Joinville / SC.

Em Joinville desde 1980, desenvolveu atividades de Relações Públicas, Cerimonial e Jornalismo em diversas empresas públicas e privadas, além de colunista em veículos de comunicação, assessoria de imprensa e edição de material de promoção turística.

Nelci é autora de diversas obras, com destaque para: “São Francisco do Sul 500 Anos - Construções Históricas”, “Bom Princípio Construções Históricas”, “História do Porto de São Francisco do Sul”, “Personalidades da Cultura Germânica em Joinville”, “O Balaio Gigante”, entre outras.

Recebeu troféus e comendas em reconhecimento ao seu empenho em favor do turismo. Foi apresentadora de programa de Turismo na TV Cidade Canal 20 e publica colunas em vários jornais, impressos e online.

Nelci é membro da SCAJ - Sociedade Cultural Alemã de Joinville, da ALASFS - Academia de Letras e Artes de São Francisco do Sul e da AJL – Academia Joinvilense de Letras e de outras entidades.

## SÍNTESE HISTÓRICA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

De acordo com a história oficial, São Francisco foi descoberta em 5 de janeiro de 1504, por uma expedição francesa, sob o comando de Binot Paulmier de Gonneville. Em sua "Declaração de Viagem", o comandante relata a descoberta de uma grande terra, tendo a nau "Espoir" ancorado em um rio, que descreveu "quase como o de Orne". O local citado teria sido o chamado Rio São Francisco, como foi denominada inicialmente a Baía Babitonga.

Esta teria sido também a primeira alusão à Baía Babitonga, cujo nome vem da definição dos indígenas, provavelmente derivada das palavras guaranis "mpopi", morcego e "tang", novo, tenro. Segundo o historiador Carlos da Costa Pereira há também a versão de que a denominação carijó era "Bepitanga" de que "Babitonga" é uma corruptela e que para os indígenas significa "terra bonita". Gonneville revela ainda que a terra era fértil, de fauna abundante, variedade de peixes e árvores, habitada por índios carijós, que se mostraram amistosos com os visitantes.

Na segunda década do século XVI – entre 1515 e 1519, navegadores espanhóis procuravam uma passagem para as Índias pelo Sul da América. Numa dessas expedições encontrava-se Juan Dias de Sollis, hábil navegador e um dos mais conceituados cartógrafos da Espanha no século XV. Entre seus feitos destacam-se o descobrimento da Península de Yucatan e da embocadura do Rio da Prata. Ao chegar ao local, Sollis confundiu a baía com um rio – o que de rotina acontecia na época com os rios sul-americanos, pelo seu tamanho e volume de água – batizando-a de "Rio São Francisco". A denominação "São Francisco" permaneceu, mas pouco se registrou a respeito de Juan Dias de Sollis. É que seu nome foi aportuguesado para João Dias e poucos sabem tratar-se da mesma pessoa. "Juan" ou João, além de dar origem ao nome da cidade, fez amizade com os

carijós, projetou uma fortaleza, onde hoje está o Forte Marechal Luz, entre outras atribuições, o que lhe mereceu diversas homenagens.

Descoberta por franceses, cobiçada por espanhóis, colonizada por portugueses e açorianos e enriquecida pela cultura de alemães, italianos, holandeses, árabes e outras etnias, a história de São Francisco do Sul foi e continua sendo escrita a muitas mãos.

A localização geográfica estratégica de São Francisco, já na época do Brasil Colônia, mereceu atenção especial do Império e seu privilegiado porto natural sempre teve papel marcante na trajetória política, econômica e social de toda a região.

A ocupação efetiva de São Francisco do Sul deu-se a partir de 1660, com povoadores vindos dos campos do Sul, denominados bandeirantes. Então se instalou um regime de grandes propriedades rurais, com mão de obra escrava e de agregados, que, no entanto, não obteve o sucesso econômico esperado.

No decorrer do tempo as terras originalmente pertencentes ao Distrito de São Francisco se constituíram em núcleos de povoamento que, desmembrados, hoje são os municípios de Itapoá, Garuva, Barra do Sul, Araquari e Joinville, todos no entorno da Babitonga, permanecendo o Distrito do Saí, no continente, lado oposto da cidade.

Foi ali que, entre 1842 e 1847, foi escrita importante página da história: a experiência "fourieista" de implantação de uma colônia composta por aproximadamente 217 franceses, liderados pelo médico homeopata Dr. Benoit Jules Mure. Pretendiam fundar um "Falanstério", ou seja, uma habitação coletiva, destinada a ser o centro de uma vida em comunidade, com propostas alternativas ao capitalismo vigente. Por diversas razões a colônia não teve êxito. Porém, ainda hoje, se encontram na região descendentes de "falansterianos", principalmente na Vila da Glória que, além da importância que delegam àquele episódio, defendem o Distrito do Saí como berço da homeopatia no Brasil. O Dr. Mure trouxe da França

os conhecimentos da medicina homeopática, chegando a criar um projeto para a instalação do Instituto Escola Homeopática no local.

A par desses acontecimentos, São Francisco do Sul crescia e desenvolvia sua economia com base em duas frentes: de um lado a agricultura das fazendas com trabalho escravo e do outro as atividades marítimas e portuárias. As famílias das fazendas possuíam casas no centro da cidade, para facilitar as suas presenças nos acontecimentos de destaque, nos fins de semana.

São Francisco do Sul viveu, por diferentes períodos, intensa vida social e cultural. Para tal encontrava respaldo na movimentação política e religiosa, sempre com a presença dos marinheiros, em passagem pelo porto da cidade. A gradativa extinção das fazendas e a crescente movimentação do porto foram criando novo perfil econômico para São Francisco do Sul.

No início do século XX, a construção da Estrada de Ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul permitiu grande expansão de toda região, pela facilidade de escoamento da produção agrícola de grãos, exportados ao mundo via Porto de São Francisco. Porém, nas décadas de 1940 e 1950, verificou-se novo período de recesso em São Francisco do Sul. A situação precária dos ancoradouros na Baía Babitonga e a demora da construção do novo porto desviavam os produtos de exportação para outros destinos, comprometendo o desenvolvimento econômico do município.

A partir de 1970, a construção do novo porto intensificou a movimentação em São Francisco do Sul. A instalação de grandes silos graneleiros, a modernização dos equipamentos e das atividades portuárias, a multiplicação das agências marítimas e a emergência do turismo como atividade econômica trouxeram uma realidade promissora e otimista, motivando a instalação de grandes empresas multinacionais nas imediações da cidade.

Praias de inigualável beleza, munidas de infraestrutura, embarcações para passeios na baía Babitonga e o Centro Histórico

encantam turistas de todas as regiões e aumentam em número a cada ano. São 500 anos de história e o futuro pela frente.

Fontes:

COSTA PEREIRA, Carlos. História de São Francisco do Sul. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

BOITEUX, Henrique. O Falanstério do Saí. Revista do Instituto Histórico e Geográfico.

S. THIAGO, Raquel. Fourier, Esperança e Utopia na Península do Saí.

### **Vida portuária de São Francisco**

São Francisco e a atividade portuária formam uma simbiose inseparável desde o tempo dos índios Carijó, que nas águas buscavam o seu sustento. Das velas dos descobridores e conquistadores de novas terras; das embarcações intercontinentais carregadas de madeira e erva-mate; do glamour dos luxuosos navios em viagens de recreio; daquelas embarcações, familiares aos francisquenses, torpedeadas e naufragadas durante as guerras; dos apitos conhecidos à distância, dos trapiches no cais da Babitonga; dos passeios e flertes de fim de tarde, dos casamentos de moças francisquenses com tripulantes de outras nascenças, da guardamoria.

A história portuária de São Francisco do Sul revela uma sucessão de fatos envolvendo muito trabalho, luta por direitos, decepções por negócios perdidos, alegrias por conquistas econômicas e por obras realizadas. No contexto inserem-se o homem e a mulher francisquenses, sua interação com a condição de vida, com a natureza, com a tecnologia mutante e, sobretudo, sua intensa relação com o mar.

Não à toa que a cidade é detentora de um dos maiores e melhores portos do Brasil, cuja história vem sendo acompanhada por sucessivas gerações. Vivenciaram a criação de projetos, os avanços e refluxos das obras, exultando com o progresso e condoendo-se com

as constantes paralisações durante cerca de setenta anos. Mas, perseverantes, os francisquenses têm, atualmente, a satisfação de possuírem este porto internacional, que, por meio de sua movimentação de cargas para o mundo, incrementa a economia da cidade, da região e do Estado de Santa Catarina.

Incontáveis histórias e acontecimentos não revelados povoam uma trajetória de mais de quinhentos anos da longeva São Francisco. Uma se esvaece no decorrer do tempo, outras se transformam em novas histórias, proporcionalmente ao número de vezes que são contadas, adquirindo novos formatos e sobrando-lhes apenas algumas centelhas do seu conteúdo original. É a riqueza do imaginário popular, que amolda os fatos ao seu próprio gosto e deleite. São memórias vivas, consistentes, vagas, esparsas, entusiasmadas, nostálgicas, presentes, humoradas, distantes ou anuviadas pela idade, como o papel amarelado pelos anos, cujas letras estão quase ilegíveis com o pó acumulado pelo tempo.

Mas são estas as fontes preciosas, que, com todas as suas intermitências, contam a história desta cidade, a história que é delas, do jeito que a viveram [ou não a viveram], do jeito que a ouviram, do jeito que lembram ou leram...; não importa, do jeito que a sabem. Mas estão ali, com sua invisível presença, entretendo reuniões de família, divertindo grupos na mesa do bar, intercalando os turnos da estiva no porão do navio ou acompanhando navegadores para espantar a solidão em alto mar.

Existem registros dificilmente acessados por via direta, senão batendo em portas, na expectativa de que, ao serem abertas, alguns segredos se desnudem e cheguem ao nosso alcance. É preciso procurar, perguntar, observar, repetir, confirmar, comparar, gravar, escrever para, de letra em letra, frase por frase, compor uma história. Informações podem estar escondidas nas páginas rotas de um velho jornal, nos detalhes quase apagados de uma fotografia, nas entrelinhas de um documento, nas anotações de um velho calendário ou, quem sabe, confinadas dentro de uma garrafa ou nas dobras de uma carta de amor.

Memórias... pudera registrá-las todas, para que não se percam nas ruelas empedradas, ou flutuem no ondular da Baía Babitonga até desaparecerem, acompanhando o zarpar de mais um navio, em mais uma viagem, a mais um destino, como já vem acontecendo durante centenas de anos...

Fizemos o livro “História do Porto de São Francisco do Sul”. Fruto de um logo processo de buscas, entrevistas e pesquisas. E para que chegasse a bom termo, contamos com o apoio de muitas pessoas. Retrocedendo aos arquivos das suas memórias, os nossos entrevistados trouxeram à baila fatos e acontecimentos relacionados à trajetória do Porto. Eles fazem parte de um grupo de pessoas que viveram intensamente o movimento da navegação marítima em São Francisco do Sul, no advento da construção do complexo portuário atual. Conheciam cada embarcação pelo ronco do motor e pelo apito, ao entrar na barra. Sabiam o nome dos comandantes e tinham amizade com a tripulação. Hoje vivem relembando memórias e têm prazer em revelá-las às gerações mais jovens. Suas histórias são de muita dureza no batente, mas lembram com saudade as empresas em que trabalhavam. A todos eles muito obrigada! E que esta história continue com a mesma riqueza de fatos e de realizações, e que mantenham a honrosa trilha iniciada, logo após o descobrimento do Brasil, nos idos de 1504...

Como disse o poeta Fernando Pessoa que encontrava no mar inspiração para lindos poemas como este:

[...] Ah! o Grande Cais donde partimos em Navios-Nações!  
O Grande Cais Anterior, eterno e divino!  
De que porto? Em que águas? E porque penso nisto?  
Grandes Cais como os outros cais, mas o Único [...].



## HILTON GÖRRESEN



O acadêmico Hilton Görresen é natural de São Francisco do Sul (SC), bisneto de imigrante norueguês aqui chegado no século 19.

Começou a publicar seus textos na década de 1960, no jornal *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul (SC). Entre as décadas de 1970 e 1980, após concluir o curso de Letras, em Joinville, iniciou colaboração semanal no jornal “A Notícia”, publicando crônicas, num estilo leve e humorístico, e artigos sobre comunicação.

Terminando curso de especialização em Língua Portuguesa, em 1990, passou também a elaborar textos sobre linguagem, alguns deles reunidos mais tarde no livreto “Mostrando a língua”, de 2004.

Há cerca de 10 anos, vem publicando suas crônicas no jornal *Notícias do Dia*, também de Joinville, textos estes reunidos nos livros “Quando minha avó tirava a roupa”, “Histórias para ler no banheiro” e “Elefante branco”.

Publicou também um livro de memórias, “São Chico Velho de Guerra” e o paradidático “O que aprendi sobre redação – e posso lhe ensinar”.

É membro também da Associação das Letras e da Academia de Letras e Artes de São Francisco do Sul – ALASFS.

## HISTÓRIAS E LENDAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL

Para se falar de nossas lendas, é bom dar umas pinceladas em nossa História. Há indícios de que o homem branco tenha aportado em São Francisco, logo após o descobrimento do Brasil. Os indícios se referem à expedição comandada pelo francês Binot Paulmier de Gonneville, que teria aqui aportado em 5 de janeiro de 1504. Há registros históricos de que, posteriormente, os espanhóis andaram visitando nossa ilha, podendo ser considerados nossos padrinhos, visto que o nome de São Francisco foi-nos dado por eles; se de Assis ou Xavier existe controvérsia. O abandono a que os portugueses relegaram a região Sul, fez com que os espanhóis fossem presença constante em nossa ilha. Até que, com a libertação de Portugal do Reino da Espanha, os portugueses, ou mais precisamente os bandeirantes, se preocuparam com o povoamento da região. Foi assim que Manoel Lourenço de Andrade, vindo com sua família e com amplos poderes do Marquês de Cascais, fundou a povoação, em 1658. Em 1665, São Francisco era elevado à condição de Paróquia, ocorrendo por esse tempo a morte de Lourenço de Andrade, sendo sepultado na igreja de Nossa Senhora da Graça.

Anos mais tarde, o cargo de capitão-mor de São Francisco foi assumido por Domingos Francisco Francisques, o Cabecinha, de lamentável memória, na qualidade de representante e lugar-tenente do Marquês de Cascais. A residência desse personagem ficava nas Laranjeiras, onde dizem que ainda hoje existem as ruínas de sua casa. Há muitas histórias que retratam a maldade desse personagem.

Segundo o historiador Carlos da Costa Pereira, havia na vila uma mulher de nome Ana Lamim, esposa de Manoel Velho, que pelo jeito possuía invejáveis atributos físicos. Pelo visto, a fogosa mulher não era de respeitar a honra do marido e se envolvia com outros homens, sem guardar fidelidade a nenhum deles. O irmão de Cabecinha, Manoel Francisco Francisques, e um seu parente de nome

João Mor Vieira com ela se envolveram, e desse “triângulo amoroso” resultou um duelo entre eles, nenhum dos quais escapou com vida. Para evitar novas desavenças, o capitão-mor determinou que Ana Lamim e Manoel Velho selassem a paz conjugal e viessem a morar junto, de forma a evitar novas mortes na vila. Não contava Cabecinha, no entanto, com a disposição de Ana em continuar a ter a sua vida livre. Vendo frustrados seus intentos e tendo sua autoridade de capitão-mor arranhada, e ainda encolerizado pelo desfecho da briga entre seus dois parentes, sai ele à procura da mulher por toda a vila e arredores para fazer a sua justiça. Quando conseguiu localizá-la, matou-a a tiro de bacamarte, colocando fogo em suas vestes e deixando seu corpo a arder, noite adentro. Há outra versão, segundo a qual Cabecinha estaria perdidamente apaixonado por Ana Lamim, e como esta não correspondia aos seus afetos, resolveu assassiná-la daquela maneira.

Uma lenda famosa em São Chico lembra mais uma atrocidade cometida pelo Cabecinha. Segundo consta em documentos, tendo morrido um neto do capitão-mor, quis ele que fosse enterrado na capela-mor da matriz, com o que Frei Fernando (da ordem dos beneditinos), o vigário da igreja, não concordou. Por esse motivo, Cabecinha moveu contra o sacerdote uma terrível perseguição que fez com que o padre fugisse da vila para não mais voltar. Até aí é o que registra a História, mas diz a lenda que o capitão-mor colocou o frei em uma canoa, com uma pequena quantidade de água potável e uma ração de pão, soltando o infeliz sacerdote à sua própria sorte, fora da barra da ilha. Este, então, teria lançado a praga de que, enquanto houvesse em São Francisco um descendente de seu algoz, a cidade não conheceria o progresso. E hoje, diante de qualquer fracasso do crescimento da cidade, é invocada a “praga do padre”.

O fim da era de Cabecinha se deu quando o capitão-mor soube que o Ouvidor Rafael Pardini havia programado uma inspeção à vila para apurar denúncias de desmandos e outras irregularidades na administração dos negócios: sabendo dos rigores do Ouvidor, o malvado fugiu, embrenhando-se nas matas, não

deixando qualquer rastro, transformando assim em lenda o seu desaparecimento.

Outra lenda famosa é a que se refere ao Morro do Hospício. Esse morro é aquele cujo acesso se dá ao lado do atual restaurante do Hotel Zibamba. Segundo a lenda, as ruínas existentes no local são de uma igreja cuja construção por diversas vezes foi tentada, no topo do morro, mas quando a obra chegava ao teto a construção misteriosamente ruía. Por isso, o local era tido como mal-assombrado e se dizia que havia ali tesouros enterrados e que também existia uma rede de túneis subterrâneos que ligavam o local ao porto e à igreja, além de dizer-se que, por diversas vezes, ali fora avistada a figura de um padre. A verdade é que se tentou algumas vezes construir ali uma igreja, mas a falta de recursos acabou por impedir isso, e a obra, submetida à intempérie, acabava ruindo. Segundo Carlos da Costa Pereira, as ruínas eram de uma capela sob a invocação de São José, mandada construir por Isabel da Cunha em suas terras. Ficando ao abandono, a Ordem Terceira de São Francisco acabou por assumir a sua responsabilidade.

Como a restauração da igreja seria muito cara, a Ordem resolveu derrubá-la e no local construir outro templo, de maiores dimensões. Foram levantados apenas as paredes laterais, o arco do cruzeiro e a parede do fundo. Em fevereiro de 1859, quando estava quase terminada a parede da frente, a mesma partiu-se, por fragilidade da estrutura, bem como as do lado norte, tendo os pedreiros opinado que as paredes partidas deveriam ser demolidas e reconstruídas. A falta de recursos impediu o trabalho, e a construção parou onde estava e assim ficou por muitos anos, mas nunca por nenhum motivo sobrenatural. O termo “hospício” do nome do morro não se refere às atuais casas de loucos. Antigamente não existiam estabelecimentos hospitalares. Os enfermos eram recolhidos por caridade a abrigos, geralmente pequenas igrejas ou capelas. Esses locais eram chamados de hospício, da mesma raiz de hospitalidade, significando abrigo, asilo, etc. Supõe-se que era isso que a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, que depois construiu o Hospital de Caridade, pretendia estabelecer no alto do morro.

A respeito de navios, havia um que tinha uma estranha sina. O navio era o cargueiro “Itamaracá” (ou coisa parecida). Era o “Itamaracá” entrar no porto para que a chuva despencasse sobre a cidade. E tal era a extensão da crendice que, quando os soldados do Forte Marechal Luz, sede da Bateria de Artilharia de Costa, avistavam o navio entrando no porto, podiam suspender a ida para a cidade porque a chuva ia estragar o seu programa. Em compensação, mesmo que estivesse chovendo fortemente, se divisassem o “Itamaracá” saindo do porto, podiam programar a saída, na certeza de que o bom tempo se aproximava.

Mas a melhor das crendices, a mais simpática, é sem dúvida a que se refere à “Carioca”. “Carioca” é uma fonte de água que existe na chamada Rua da Fonte, ou Largo da Carioca, esquina com a Rua Marechal Floriano. Diz-nos Arnaldo S. Thiago que é tricentenária e forneceu água para todas as casas da região central da cidade, até que se instalasse o serviço de água tratada, no final do século 20. Carioca é a denominação indígena para as “bicas d’água” que abasteciam a antiga vila e os próprios índios carijós. Existiam cinco delas: Carioca, Sinhá Nica, dos Frades, Estrela e Itapoca. Hoje são conhecidas essa da qual falamos, a mais central, que foi recuperada em 1884 e apresenta antigos azulejos portugueses, e a fonte da Rua Marcílio Dias, em estilo colonial (recuperada recentemente). Durante o tempo em que a Carioca abastecia a cidade, muitas pessoas viviam do transporte de água para os lares de seus fregueses.

Diz a lenda que todo aquele que tomar água da Carioca vai voltar a São Francisco, mesmo que não tenha gostado da terra.

## OS TIPOS POPULARES DE SÃO FRANCISCO DO SUL (década de 1950/60)

São Francisco, como qualquer localidade que se preze, teve os seus tipos populares, pobres figuras que eram por todos discriminadas. Levavam sua vidinha humilde e sacrificada, deixando a marca de sua existência na cidade. Mas quem se preocupava em conhecer suas histórias? Uma delas era a Bernardina, mais conhecida

por Bernardina Boi. Tinha o rosto triste, de poucos amigos (e será que tinha algum amigo?), andava descalça, com uns andrajos no corpo. Sua voz se transformara em um rugido, há quanto tempo não a utilizava para conversar com alguém? Respondia com um urro ou mordida os dedos de raiva quando lhe gritavam: Bernardina, olha o boi! Mantinha a subsistência carregando baldes de água da fonte da Carioca para algumas famílias. A Carioca era sua casa, ali fazia sua higiene, tomava seu banho.

O Nório era um negro magro, de altura média, mancava um pouco de uma perna e tinha um grande calombo no alto da cabeça. Era chamado pelos moleques de “Duas Cabeças”. Aí o Nório mostrava aos desabusados, com gestos obscenos, onde estava a cabeça sobressalente. Quando havia pedras por perto, era tratar de correr, porque o Nório as atirava nos desafetos. Morava na R. Comandante Cabo, numa casa demolida, o interior tomado pelo mato. A casa, por certo, pertencera à sua família, em tempos mais felizes.

O Otávio Grilo, conhecido também como “Guilo da Bilonha”, era meio maluquinho, magro e seco como um verdadeiro grilo. Conta-se que estava um dia desconsolado, sentado em uma mureta, quando um religioso de visita à cidade lhe perguntou se podia informar o caminho da igreja. O Grilo indicou-lhe como lá chegar. O religioso, vendo-o naquele estado, e notando sua deficiência mental, falou: Obrigado moço! Gostaria de lhe ensinar o caminho do céu. O Grilo então lhe respondeu, em seu falar estropiado: Hmmm! Se o sinhô nem sabe o caminho da igreja cumé que vai me ensiná o caminho do céu?

O Caveira, de cabeça fraca, era alto, tinha um bigodinho fino e apresentava uma magreza que justificava o apelido. Andava sempre com um paletozinho apertado. Era o único que achava divertido ser chamado pelo apelido. O Caveira tinha a fama de perseguir as moças. Outro que perambulava pelas ruas, atormentado pelos meninos, era o Osvaldo Gambá, mulato que vivia em “estado etílico”. Quando pedia alguns trocados a alguém, já ia dizendo: não vou mentir. É pra

bebida! Em outros tempos, antes de se tornar uma figura popular, o Osvaldo fazia pequenos serviços nas casas.

Outro tipo conhecido era o Chico Caminhão, que também transportava água da Carioca. Era um dos últimos espécimes de uma ocupação tradicional, que caracterizava nossa cidade: a de cangueiro (pessoa que carregava baldes de água pendurados em uma canga atravessada em seus ombros). Havia uma musiquinha a seu respeito, que dizia numa das estrofes:

Uma canga, um balde na mão  
Lá vem o Chico Caminhão

O “Amanhã tô rico” era um maluco que repetia tal frase, certamente achando que iria receber uma grande herança. Quando passava, a moçada gritava: Amanhã tô rico! Ele apenas sorria. Também era conhecido o Quidoca, negro forte que participara da guerra. Como muitos ex-combatentes, voltara da Itália com sequelas. Tinha crises que o deixavam alucinado, e andava pelas ruas agitado, como se estivesse lutando com os alemães. Com o Quidoca ninguém mexia, tinha cada braço...

Outra figura tradicional em São Chico era o Leolino, velho magrinho que se dedicava a consertar guarda-chuvas. Casado, o Leolino tinha dois filhos. Dizem alguns que em seu velório, enterro de pobre, havia rolado muita cachaça. Em dado momento, os tristes e compungidos amigos ali presentes resolveram retirar o Leolino do caixão e o colocaram debruçado na janela. Ao amanhecer, as pessoas que por ali passavam, certamente desconhecedoras de seu passamento, o saudavam: Bom dia, Leolino! Outras se ofendiam com a atitude do morto, que nem sequer as olhava: Então, Leolino, está ficando rico, nem fala mais com os pobres!

Outro dos tipos, esse mais antigo, era um preto, morador lá do fundo do Rocio Grande, que, juntamente com a família, se dedicava a colher determinado tipo de capim, que servia para fazer colchões. Saíam pela cidade com os sacos de capim às costas a oferecer o produto, que era o seu ganha-pão; evidentemente, uma

vida miserável era a que levavam, e procuravam amenizá-la dando-se ao vício do álcool. Chegavam bem e voltavam embriagados para casa, essa era a rotina. Diziam que ele e a família tinham por hábito também roubar galinhas para complementar a sua renda. E não poucas vezes foi recolhido à Cadeia Pública sob tal acusação. A coisa virou gozação, principalmente por parte da molecada. Quando passavam nosso personagem e a família, lá vinha o coro das crianças: piu-piiiii! Mas o preto não se aborrecia, dava uma estridente gargalhada e seguia alegre, fazendo um grande barulho com a sua cantoria.

Outro pobre coitado ganhava a vida puxando serragem das serrarias da cidade para as lavadeiras, que a usavam como lenha para ferver as roupas brancas e até para cozinhar. Tinha um carrinho de mão. Só que seu carro era todo enfeitado e ele o conduzia como se tivesse em suas mãos um grande trem, com o apito do “chefe-de-trem” e tudo o mais, até o roteiro era dado antes da partida: “Atenção, senhores passageiros que se destinam a Araquari, Joinville, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Corupá... o trem passageiro partirá dentro de 30 segundos, queiram tomar seus lugares. Priiiiiiiiiiii!”

Por último, havia o Edgar, conhecido por seu hábito de “afanar” galináceos. O Edgar fazia ponto no Mercado Público, vendia sacos acho que de serragem. Foi um precursor dos brindes-surpresa, adotados hoje pelos comerciantes: alguns dos sacos de serragem vinham “premiados” com uma galinha dentro.

(Textos adaptados do livro “São Chico Velho de Guerra – memórias de um francisqueense” – Hilton Gorresen)



## CARLOS ADAUTO VIEIRA



Presidente da Academia Joinvilense de Letras de 2013 a 2016, o acadêmico Carlos Adauto Vieira é advogado e economista (Faculdade de Direito de Santa Catarina; Faculdade de Ciências Econômicas de SC e da FURJ).

Desde 1957, colabora em jornais: O Estado do Paraná, Gazeta do Povo, Tribuna de Santos, A Notícia, Jornal de Joinville, O Município (Brusque), Sol de Camboriú, Folha Acadêmica, Folha do Litoral, Tribuna de Santa Catarina e Gazeta das Praias, de São Francisco do Sul - escrevendo artigos sobre direito, sociologia, política, economia, literatura e história. É colunista do jornal A Notícia desde 1958.

Foi presidente do Conselho Municipal de Cultura por várias vezes. Nesta condição, implementou os projetos de recuperação da Estação Ferroviária, da Shokoladenfest, do Festival da Canção de Cervejaria, do Memorial da Empresa Joinvilense; da edição de livros de Adolpho Bernardo Schneider, Elly Herkenhof e Carl Julius Parucker; da reedição da “História de Joinville” de Carlos Ficker”; e de “Às margens do Cachoeira”, de Augusto Sylvio.

Manteve colunas dominicais sob os pseudônimos de Charles D’Olençer e Heliodoro Luiz. Publicou quatro livros: “Aos Domingos, crônicas”; “Saborosas Estórias Curtas de Charles D’Olençer”; “Europa sem Programa”; e “Contos e Crônicas”.

Em 2012 a cidade prestou-lhe um grande tributo, com a instalação da Ponte do Charlot, sobre o Rio Cachoeira, pela Prefeitura de Joinville, homenagem secundada pela Câmara de Vereadores e pelo Poder Judiciário de Joinville.

## A BICICLETA NO PROCESSO CIVILIZATÓ- RIO JOINVILENSE

A bicicleta, ainda sem pedais, desde quando aqui chegou, trazida pelo Sr. Carlos Schneider, mudou completamente a paisagem social, econômica e política de Joinville. Além da saúde!

É um veículo que se locomove com a força do próprio conduzido, razão porque ciclistas joinvilenses até 1950, quase não tinham nádegas. Elas se atrofiaram pela falta de uso, eis que tal volume corporal é que impõe a verticalidade da coluna, quando se caminha com os pés próprios. Na bicicleta se apoia no selim e no guidão. Observe-se, a propósito, as figuras do saudoso Fritz Alt, no Monumento aos Imigrantes, ali na Praça da Bandeira, cujos modelos masculinos não têm fundilhos, são quase retos.

Evidentemente que os colonizadores, pelo pouco uso da bicicleta, não tinham esta deformidade anatômica. Mas os modelos de que se serviu FRITZ ALT já as tinham. Eram ciclistas. Conversei com o Fritz, um fraternal amigo, a respeito e ele achou válida a minha observação. O detalhe está gravado nas figuras de bronze. Então lhe chamei a atenção para outro detalhe anatômico: as mulheres, que andavam de bicicleta desde muito cedo, até 1970, tinham a cintura excepcionalmente alta. Via de regra pedalavam as bicicletas dos pais ou irmãos mais velhos por dentro do quadro, não apoiadas nos selins e guidões.

Estas diferenças anatômicas, fruto do trabalho ou, mesmo, da diversão, são notáveis nos filhos de peões de fazenda, com as suas pernas arqueadas; dos pescadores, pela falta de dentes com o uso da tarrafa, mas com ombros alargados pelo remo. Há famílias joinvilenses, cujos membros mais antigos têm nádegas ainda mais secas, pelo uso da bicicleta desde os mais tenros anos de idade até 1970, quando começou a utilização de ônibus e automóveis.

Em prejuízo à saúde de todos, ao contrário da bicicleta que não polui. Mas fortalece os músculos, principalmente do coração, como o comprovou o cardiologista Dr. Octávio Paes, que residia na antiga Rua das Missões, hoje Marinho Lobo; e que voltou para São Paulo, tendo dito na despedida que voltava para lá porque em Joinville eram raros os cardiopatas. E os colegas existentes na cidade eram bastantes para atender a este tipo de clientes.

A descoberta da bicicleta pelos colonos do oeste e do norte da Colônia Dona Francisca causou uma revolução nos seus hábitos, especialmente da vida econômica.

Agora os carroções, tipo Sãobentowagen, puxados por parselhas de cavalos, nos quais levavam para o Centro os produtos das suas criações e das suas lavouras e, via de regra, estacionavam à margem do Rio Mathias, formando uma grande feira, estavam substituídos pelas bicicletas, que dispensavam os cuidados com os veículos e com os animais.

As áreas de terra, de vários morgos\* cada, seriam transformadas em loteamentos, reservada uma parte para o plantio e a criação. Cada colono passou a ter os seus clientes próprios a quem entregava os produtos diretamente em casa. A feira foi suprimida em pouco tempo.

As bicicletas levavam no bagageiro produtos coloniais, em cestas de vime ou bolsas de lona/couro, as quais, por sua vez, deixaram de ser artesanalmente produzidas para o serem em pequenas indústrias de fundo de quintal.

E os colonos podiam empregar-se nas indústrias com a finalidade precípua de aposentar-se Ou ter os benefícios previdenciários em casos de doença. Não havia, ainda, os benefícios previdenciários e a aposentadoria rural.

Mas os passeios, as festas e as visitas que não podiam ser feitas nos carroções, passavam a ser feitas de bicicletas.

Não só estes, mas, igualmente, o acompanhamento dos comícios políticos, que lhes davam melhor conhecimento dos candidatos, pois era fácil ir da Estrada da Ilha ou Jativoca ao Itaum ou ao centro da cidade, só ou em grupo de vizinhos pedalando o veículo que, logo, ganhou o apelido de cabrinha e/ou zica.

Imediatamente, surgiram as disputas em distância e velocidade com as bicicletas. E com elas os uniformes desportivos, os troféus. E o carinhoso apelido de Cidade das Bicicletas. As indústrias recebiam pela manhã e despejavam à tarde milhares de obreiros nas suas zicas pelas ruas da Manchester. Também os concertos feitos em casa passaram a ser feitos em oficinas especializadas, com peças adquiridas nos estabelecimentos comerciais do ramo..

A bicicleta incentivou a procura por ensino, pela escolarização. Especialmente, pelos filhos de colonos que podiam, agora, ir ao estabelecimento escolar na sua zica. E foram surgindo as escolas básicas e os cursos secundários. Logo, logo, as faculdades.

E, ante as dificuldades de locomoção com a bicicleta (inclusive furtos das próprias ou de suas peças) alguns empresários, à frente o senhor Abílio Bello e seus sócios Simon Ladoruskye e Samuel Vieira, que adquiriam automóveis usados em São Paulo para os revender em Joinville, criaram linhas de ônibus para várias partes do município e, logo também, para as escolas.

Que, imediatamente, ante a procura, foram substituídos pelos empresários das Famílias Harger e Bogo, com ônibus mais modernos e melhores condições.

A inovação, tão discutida e estudada, hoje tão simples, buscada pelo Sr. Carlos Schneider como empresário empreendedor naquela época, causou uma revolução na Colônia Dona Francisca em todos os setores, apressando o seu progresso e colocando-a à frente de todos os municípios do Estado Catarinense.

Houve uma época (e não faz muito tempo) que a estatística revelava haver duas bicicletas para cada habitante de Joinville.

Hoje, ao contrário, há um automóvel para cada dois habitantes de Joinville, criando um inferno de mobilidade nas vias, abertas para as cabrinhas, que não poluem o ar a ser respirado, em uma cidade-município que continua em sua maior territorialidade, absolutamente plana, como a viu o Sr. Scheneider, para mandar vir a cabrinha como ótimo meio de locomoção. E de desenvolvimento.

Sem ganhar a estátua que merecia. E continua merecendo!

\*Morgo = Corruptela de morgen, área de 2500 metros quadrados que poderia ser cultivada em uma manhã.

*Espero que estes apontamentos sociológicos-históricos sirvam ao melhor conhecimento dos fatores determinantes da pujança de Joinville.*

## MILTON MACIEL



O acadêmico Milton Maciel, escritor, editor, consultor agrícola, conferencista internacional, pianista e compositor, é gaúcho da fronteira.

Viveu 25 anos em São Paulo, onde foi fabricante de aparelhos científicos para análise química, agricultor orgânico e consultor; e quatro anos em Maceió, Alagoas, onde foi Secretário de Agricultura. Escolheu Joinville para viver no ano de 2003. No período 2009-2014 residiu e trabalhou também nos Estados Unidos como conferencista e escritor.

Tem, até o momento, 34 livros publicados em 3 idiomas, entre romances, contos, poesias, ensaios e livros técnicos de astronomia, nutrição, etanol e agricultura orgânica.

É também membro da Associação das Letras e da Confraria do Escritor, ambas de Joinville, da Academia de Letras e Artes de São Francisco do Sul e da Romance Writers of America.

É criador e titular do Curso de Formação de Escritores “O Escritor Publicável”

Atualmente é o presidente da Academia Joinvilense de Letras, para o triênio 2016-2019

**BLOG:** <http://miltonmaciel.blogspot.com.br>  
com 1400 postagens do autor, inclusive livros inteiros

**FACEBOOK:**  
<https://www.facebook.com/milton.maciell>  
<https://www.facebook.com/escritorpublicavel>

## ESSE DESCONHECIDO JOÃO RAMALHO

O português João Balbode de Maldonado filho, o João Ramalho, é um dos grandes injustiçados e esquecidos da história do Brasil. De importância absolutamente vital para a viabilização da colonização portuguesa no Sudeste, é totalmente ignorado nos livros escolares. Contudo, sem a presença e o apoio deste português radicado no Brasil desde 1513, teria sido praticamente impossível que Martim Afonso de Souza conseguisse ‘refundar’ São Vicente em 1532 e que os padres Nóbrega e Anchieta conseguissem fundar, em 1554, o colégio de Piratininga, que evoluiu para ser a grande capital dos paulistas.

E essa mesma São Paulo de Piratininga não teria sobrevivido ao arrasador ataque dos tamoios da Confederação e dos tupiniquins revoltosos de Piquerobi, quando ela foi salva pela ação conjunta de João Ramalho e seus filhos-soldados, aliados às forças tupiniquins de seu sogro, o grande cacique Tibiriçá.

E, bem antes disso, foi ele o fundador de Santo André da Borda do Campo, cuja população foi depois transferida inteiramente para a vila de São Paulo, por razões de defesa e segurança.

Contudo, o grande valor esquecido pelos historiadores provém da intensa atividade de João Ramalho como... *reprodutor*:

Casando com Bartira, a filha de Tibiriçá, teve com ela 9 filhos. E, com outras índias guaianases, a bagatela de pelo menos 48 outros filhos e filhas. A descendência que ele deixou foi apenas astronômica. De tal forma que, na gênese da imensa maioria das tradicionais famílias paulistas quatrocentonas estão lá João Ramalho, Bartira e as outras índias. Quase todas têm o pé na mata, portanto.

João saiu de Vouzela, sua cidade natal, em 1512, com 19 anos. Já era então casado com Catarina Fernandes, que nunca mais tornou a ver. No início de 1513 ele partiu de Lisboa numa frota que

demandava o Brasil. A caravela em que ele era tripulante afundou nas costas do que é hoje a cidade de São Vicente. Conseguiu salvar-se a caro custo, sendo encontrado desfalecido e a seguir resgatado por um grupo de índias adolescentes.

Elas ficaram fascinadas pela enorme barba preta, desgrenhada e crespa, que o jovem ostentava. Em Portugal esse tipo de barba era chamado de ‘ramalhuda’ e daí veio o seu apelido, primeiro João Ramalhudo e, depois, João Ramalho.

Os guaianases, tribo tupiniquim de Tibiriçá, não tinham barba ou bigode. Muito pelo contrário, mulheres ou homens, não ostentavam nenhum pelo no corpo, depilando os que teimassem em reaparecer.

As indiazinhas adolescentes tinham um altíssimo grau de liberdade sexual, sem tabu de virgindade. Para João Ramalho aquilo foi o mesmo que chegar ao paraíso, assediado que passou a ser, diariamente, por inúmeras moças. Até mesmo mulheres casadas pediam licença a seus maridos para deitarem com o “peró” (português, para os guaianases). E o mais notável é que os maridos não viam problema em dar essa permissão.

O ramalhudo tornou-se completamente indígena. Aprendeu a falar o tupi, a andar sempre nu e a deliciar-se com as comidas da terra e hábitos da terra.

Tornando-se genro do maior chefe guaianã, João converteu-se automaticamente numa autoridade local também. Outros chefes de tribos do planalto e do litoral passaram a lhe oferecer o mesmo tipo de aliança, isto é, filhas com quem o peró pudesse casar. Esses casamentos faziam João Ramalho parente dos grandes chefes e, conseqüentemente, juravam-se eles mútua aliança e proteção.

Com a enorme descendência que gerou, Ramalho foi formando seu próprio grupo de homens armados. Passou a comprar, de traficantes franceses de pau brasil com quem os índios



negociavam, arcabuzes e outras armas de fogo, com os quais armou seus filhos mamelucos e formou o que é, tecnicamente, o primeiro exército legitimamente brasileiro, ao completar esse destacamento de paus de fogo com dezenas, centenas ou, conforme o caso, até mesmo com milhares de indígenas armados de arco e flecha.

Foi com esse exército que João Ramalho salvou São Paulo de Piratininga da destruição pelos tamoios, quando, em 1562, apenas oito anos após a fundação da vila, estes tupinambás fizeram uma aliança com os tupiniquins revoltados de Piquerobi e Jaguaranho e atacaram São Paulo.

Estes dois eram pai e filho, respectivamente irmão e sobrinho do grande chefe Tibiriçá. Morreram ambos nesse combate pelas mãos do próprio Tibiriçá que, aliado constante dos portugueses, por causa de seu genro però João Ramalho, defendia a vila junto com seu outro irmão, o cacique Caiubi.

Tibiriçá era o morubixaba de Inhapuambuçu, que corresponde hoje ao centro exato de São Paulo, do pátio do Colégio ao Largo São Bento, a colina entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. Caiubi era o chefe de Jurubatuba, na região do hoje bairro de Santo Amaro. E Piquerobi era o cacique de Ururaí, agora bairro de São Miguel Paulista.

Piratininga era toda a ampla planície nos baixios do Tietê e dos outros rios, que era periodicamente inundada e deixava, no recuo das águas, multidões de peixes a secar (Peixe = pirá; Piratininga = peixe seco).

Muitos anos antes, em 1532, quando Martim Afonso de Souza desceu dos escaleres com algumas dezenas de portugueses nas imediações de São Vicente, passou o maior sufoco ao ver várias centenas de índios armados marchando em sua direção. Alguns portando armas de fogo! Os poucos portugueses poderiam ser trucidados rapidamente.

Mas o alívio surgiu quando o líder daqueles guerreiros, um homem branco tisonado do sol, alto e barbudo, completamente nu, identificou-se como o português João Ramalho. E disse que estava ali para ajudar seus conterrâneos no que fosse preciso.

Junto com Ramalho, Martim Afonso reconheceu o grande chefe indígena que, meses antes, tinha ido a pé de Piratininga para encontrá-lo na baía de Guanabara: Tibiriçá.

Foi graças à ajuda e proteção de Ramalho e Tibiriçá que Martim Afonso pode mandar construir algumas edificações de alvenaria na já existente São Vicente, então um amontoado de menos de dez casebres, mais conhecida como Porto dos Escravos, lugar onde os navios portugueses, espanhóis e franceses se provisionavam de água e mantimentos frescos (no Tumiaru) e compravam escravos indígenas, normalmente da etnia carijó, capturados pelos tupiniquins e por traficantes portugueses e espanhóis de escravos.

Sem João Ramalho, não haveria apoio dos guaianases de Tibiriçá. Sem estes e sem o “exército” mameluco de João Ramalho, não existiria São Vicente e, muito menos, São Paulo de Piratininga.

João e seu sogro levaram Martim Afonso e seus homens até Piratininga, ensinando-lhes aquele que era conhecido como ‘o caminho dos tupiniquins’, uma longa, perigosa e íngreme subida que permitia encontrar uma brecha para se chegar ao topo da serra de Paranapiacaba e, dali, andar até chegar a Piratininga. Começava ali, com a presença de Martim Afonso de Souza em 1532, a tramitação que levaria, anos depois, em 1554, ao estabelecimento do colégio dos jesuítas por Nóbrega e Anchieta, no coração de Inhapuambuçu, a aldeia de Tibiriçá. Graças a João Ramalho, é óbvio.

Que reconhecimento tem João Ramalho em nossa história? Quase nada, em relação a sua imensa importância. Há uma estátua em Santo André e há um município paulista, emancipado em 1959, que recebeu o seu nome. Pequeno, tem menos de 5000 habitantes.

Mas marca o reconhecimento dos poucos paulistas conscientes que se lembraram de homenagear seu grande pioneiro, fundador e povoador.

]

Tocado pela injustiça desse esquecimento, eu resolvi fazer minha própria homenagem ao peró de Vouzela escrevendo um livro a respeito dele.

Acabaram surgindo dois: “*João Ramalho no Paraíso*”, que narra as peripécias e os amores do Ramalho de 19 anos em Enga Guaçu (Ilha de São Vicente) e Inhapuambuçu (São Paulo). E “*João Ramalho Fundador*”, que apresenta o João Ramalho adulto, suas esposas, seus aliados, seus filhos e filhas, seus genros, seu exército, suas batalhas, sua grande ação de fundador (Santo André) e cofundador (São Vicente e São Paulo).



(Estátua de João Ramalho em Santo André)

Não são livros de história. São romances históricos, ficção onde uso humor e pitadas de erotismo (*como é fácil com aquelas indiazinhas!*), junto com a imaginação, para colocar ação, diálogo, trama e significado em um texto que, sem isso, seria tão intragável quanto estas linhas aqui.

E cujo objetivo já foi plenamente alcançado com a distribuição de “*João Ramalho no Paraíso*”: tornar a leitura dos textos históricos amena, agradável, divertida e atraente para leitores em geral e para os *estudantes* em particular.

Evoé, João Balbode de Maldonado!

## APOLINÁRIO TERNES

Apolinário Ternes é autor de 30 livros sobre a história de Joinville, de Santa Catarina e de empresas e instituições da região norte do Estado.



Joinvilense, nascido em 1949, é autor e jornalista desde 1968 e mantém artigos semanais no jornal *A Notícia* há três décadas. Publica obras regularmente desde 1975. Sobre Joinville destacam-se os títulos:

História de Joinville, uma abordagem crítica (1981)

História Econômica de Joinville (1986)

Joinville, a Construção da Cidade (1993)

Tempos Modernos - A Presença dos Italianos em Joinville (2009)

Exerceu o cargo de editorialista no jornal *A Notícia* no período de 1979 a 2007. Nos anos 2002 – 2004 foi diretor do jornal em Florianópolis. Formado em História e Direito, é Mestre em Educação e Cultura. Foi diretor do Arquivo Histórico e da Biblioteca Pública de Joinville, integrou o Conselho Estadual e Municipal de Cultura e é membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, pelo qual foi homenageado com a comenda Joaquim Manoel de Almeida Coelho, em 2005.

No mesmo ano recebeu o título de Cidadão Benemérito de Joinville e a Medalha Anita Garibaldi, do governo de Santa Catarina.

## ADMIRÁVEL ESPETÁCULO

Serenidade e resignação são virtudes indispensáveis para se olhar o mundo através dos cenários de 2017 e a partir dos quintais que habitamos na era do “conhecimento, da informação e do consumo pleno”. Cenários e quintal em que desembocamos depois de dois séculos de era industrial. Ver e acompanhar o mundo, desde o cotidiano da nossa cidade, do nosso país e do mundo, continua o mais admirável dos espetáculos.

O mundo sempre foi assim, cheio de mudanças, transformações e desigualdades. Nunca, porém, elas foram tão bruscas, radicais e ininterruptas quanto agora. De fato, quando falamos em ‘sociedade líquida’, para homenagear o criador do rótulo, morto nos primeiros dias de 2017 – Zigmunt Bauman – o obituário das verdades é devastador. Jamais, como agora, ‘o que é sólido desmancha no ar’, palavras de Marx interpretadas como o advento da modernidade. O Manifesto Comunista que contém a frase é de 1848 e, desde lá, a utopia do comunismo reinou por 70 anos na Rússia dos Romanov e continua hoje no autoritarismo de Putin.

As democracias enfrentaram outros perigos. Na América e na Europa, acuada e horrorizada com o terrorismo religioso e a invasão de milhares de refugiados da velha África e do Leste ariano de sempre. Sim, repete-se de alguma forma o Apocalipse, prenuncia-se a devastação, assombram-se os espíritos com o pior de todos os males, o medo imediato de certa insegurança. A angústia do mundo não é apenas sólida e física, é pior, é transcendental, digital, extensivamente global. Agora, depois de Trump, as esperanças estão se fundindo na promessa irreal, irracional e irrealizável de volta ao passado. Das certezas e das esperanças, por exemplo, da década de 1950, há meros 67 anos. Estamos de volta, na América e na Europa, pouco depois do que aconteceu por aqui, ao populismo, à demagogia, ao autoritarismo.

Não se trata, contudo, da repetição da história. Nem como

farsa. Trata-se da instalação do ‘Admirável Mundo Novo’ de Aldous Huxley e do ‘Grande Irmão’, de Orwell. A sociedade hiperconectada, hiperinformada, hiperdirigida. É assim que estamos vivendo, nestes dramáticos dias de populismo direto na América e de obsolescência do Estado no Brasil. Aqui, com a dissolução de tudo o que antigamente se entendia por autoridade, instituições e Estado organizado. O caos das penitenciárias é o mesmo da Educação, da Infraestrutura, da Segurança, da Justiça, enfim, do sistema. É nisso que chegamos, é disso que padecemos. A Lavajato e o Petrolão são ícones de todo o resto. A liquidação final e total do Estado, com a desintegração das chamadas estruturas administrativas em todas as suas esferas e em todos os poderes. No Legislativo, Judiciário e Executivo, todos inoperantes, invadidos por gente desqualificada, ocupadas umas com salários e privilégios, outras em propinas e vantagens. A dissolução do Estado organizado e a desfaçatez completa e irrestrita com o povo. Aquele mesmo de que tudo participa, vota, aplaude e é o principal autor desta obra de Mefistófeles, o diabo do Dr. Fausto.

Um retrato ao mesmo tempo dramático, devastador e fascinante do ciclo construído pela ‘sociedade da informação’, anunciada em 1964 pelo semiótico Marshall McLuhan, o guru de então. Profético lá, fatídico agora. Somos uma sociedade mundial em acelerado processo de decomposição, onde os mais fortes começam a se recolher – e encolher – talvez na ilusão de resistir e sobreviver. Primeiro a Inglaterra, saindo da Comunidade Europeia, depois os americanos apostando no messiânico da vez. No Brasil, como em todas as periferias, ficaremos com os restos, próprios a uma nação que elegeu o resto para administrar suas cidades, estados e país. Para atulhar os legislativos com o mesmo resto humano que, igualmente, se ocupa de outras áreas, tidas como mais nobres, ainda que miseravelmente ineficientes.

Assim mesmo, são igualmente as demais democracias do planeta, onde a esqualidez dos protagonistas concorre com a pobreza intelectual e moral dos demais coadjuvantes. Sim, as instituições do planeta estão em frangalhos, como aqui. Lá, como aqui, em todas as

esferas, reinam agora os sistemas de comunicação que se perderam na mediocridade, na bajulação contínua, na exploração do patético e na fatal desconsideração de leitores e espectadores. Daí que a imprensa em papel encolhe em todos os lugares, jornais e revistas fecham às centenas e o próprio jornalismo – reinventado para pior nas escolas do mesmo nome – se empobreceu de forma absoluta. O grande mantra de nossos dias apregoa que todos somos jornalistas e todos são informantes. Deu no que tinha que dar – informação banalizada e jornalismo orientado pelos idiotas da Internet, como, aliás, apontou Umberto Eco pouco antes de morrer, ano passado.

Fiquemos em Joinville. O que aconteceu à cidade nos últimos anos, desde 2001 – quando dos festejos dos 150 anos de fundação? Lento e corrosivo retrocesso. Não apenas na paisagem, no urbanismo, no trânsito, nas praças e no lazer, mas do ponto de vista da administração pública, dos governos e da ação política? Corrosivo e lento retrocesso. Talvez o símbolo maior da última década e meia do que aconteceu à cidade esteja no prédio arruinado da ex-prefeitura. O retrato da administração pública, da ineficiência, da precariedade, da má gestão de tudo o que é público. A gestão foi despedaçada aos poucos, notadamente nos quatro anos de governo do PT. No período, os prédios públicos da cultura, por exemplo, ruíram e paredes foram ao chão. Escrevi, então, que a cultura de Joinville reduzira-se a pó. O tempo provou o diagnóstico.

Os profetas do PT que pregavam a “democratização” da cultura desapareceram, mas as ruínas que deixaram ainda nos cercam. Joinville retrocede e se tornou uma cidade medíocre, como milhares de outras. O que jamais fomos em 150 anos de história. Olhemos o Estado de Santa Catarina. Construiu-se e se mantém o mesmo castelo de cartas, cuidadosamente montado sob inspiração de marqueteiros. Estão distantes os tempos em que a economia catarinense era forte e o Estado tinha condições de investir e fazer obras. Nos últimos anos, o castelo é sustentado por milhões de reais aplicados na mídia em nome de uma servidão que ela jamais se recusou a prestar. Tanto país afora, quanto em SC. O que apenas facilitou a corrupção e a sustentação dos 13 anos do PT em Brasília. Até aqui, contudo,

ninguém cobrou a omissão e a conivência da mídia, que perdura até nossos dias.

Ainda e, principalmente, agora. O Estado continua um dos maiores clientes de publicidade no país. Trata-se de um desafio inaceitável, quando o povo morre nos hospitais e presos são tratados como animais. Em SC há muitos anos e ainda hoje a receita é a mesma. Com todos os cúmplices e beneficiários de sempre. Nos tempos de crises sérias, por aqui não faltam retratos inescrupulosos de um povo feliz e realizador. Mesmo que greves e paralisações mostrem realidades opostas, Santa Catarina segue no caminho em que afundaram o Rio Grande do Sul primeiro e, depois, o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e outros tantos que iremos conhecer em meses. O colapso do Estado é real e brutal, ainda que muitos digam que nisto não se deve tocar, falar ou apontar. O custo da mediocridade de um lado, da ineficiência e populismo do outro.

Os jornalistas são raros, os intelectuais desapareceram. Primeiro apoiaram a devastação do PT, agora se desesperam na preservação de seus empregos públicos. Muitos continuam nas quadrilhas do PSDB e do PMDB, igualmente partícipes do processo de depredação da coisa pública no país.

A desgraça do mundo não se reduz à desmoralização da Democracia ou à decadência da Política, das artes, do sistema de educação e da mídia, mas, e principalmente, estamos sendo jogados num mundo em que apenas o fator religioso pode socorrer e impedir a mutação do humano num ente metade carne e metade tecnologia, como estamos a caminho. A próxima etapa, a da inteligência artificial, cujos fundamentos já foram fincados pela universalização da imbecilidade, tem sido alvo de muitos artigos, conferências e livros de alguns estudiosos do futuro. Leia-se o último livro – Homo Deus - do historiador israelense Yuval Noah Harari, grande sucesso mundial em 2016.



A contribuição da mídia para a instalação dessa admirável sociedade de imbecis em todo o planeta é das mais significativas. Mas não é dela apenas o brilhantismo da realização. Também contribuíram de forma significativa os novos intelectuais que se instalaram nas melhores universidades do planeta, plantando o pensamento único do ‘politicamente correto’, invencível obscurecimento do mundo moderno, sob os fundamentos dos mais disparatados raciocínios. Os artistas, especialmente os denominados ‘plásticos’ - polivalentes criadores do feio e do ridículo – cultuados na mídia ‘progressista’ de todo planeta, também ajudaram. Assim, ‘criaturas do pensamento’ instaladas na mídia, na academia e nas artes se encarregaram de destruir todo e qualquer resquício de cultura, do belo e do que emociona nas manifestações intelectuais do nosso tempo. Nasceu o mundo feio, caótico e ‘menos desigual’ que assusta a todos e a tudo macula e enxovalha.

De fato, há uma curiosa combinação de fatores e de interesses na construção dos cenários de frivolidades e efemeridades em que vivemos. Não apenas a indústria da informação, com o desmoronamento da imprensa – instituição da modernidade tanto quanto a repartição dos poderes – mas com a massificação dos processos educacionais que, cada vez mais intensamente, estão se pulverizando em amenidades, superficialidades e irrelevâncias. O ensino é um desarranjo só em todas as partes do mundo. Restam apenas alguns centros de referência nos países do leste asiático, onde se pesquisa, produz e, principalmente, se persegue a disciplina, o método e o aprendizado real. No restante, existem apenas falsos mestres e aprendizes equivocados.

Todos se nivelam por interesses menores, de salários, carreiras e fama. A mistificação e o falso se revezam nas melhores escolas, seja aqui no Brasil, quanto na América, em Londres ou mesmo na França, onde a cultura e a educação tiveram pontos altos. Tiveram. Na ‘sociedade global e do conhecimento’ valem apenas as redes sociais. O celular, alimento indispensável e de uso contínuo das mentes ralas do nosso tempo, comanda o mundo. Impera em tudo, da política à religião, da economia ao lazer. Tudo é feito, conectado e

resolvido por esses aparelhos minúsculos que encolheram o planeta e reduzem cérebro, mentes e almas de todos nós. Somos, os reféns do celular e do mundo digital, os andróides de hoje. Estamos apenas no alvorecer da sociedade digital do terceiro milênio. Sim, as expectativas são imensas, apesar das nuvens pesadas, das trovadas e das descargas elétricas nos céus. Inesperadas mudanças que não ocorrem apenas na economia, na política e na cultura, mas se registram de forma assustadora no próprio clima da mãe Terra. Há muito ainda pela frente.

Como, afinal, poderia ser o mundo de amanhã? Apenas de chuvas e tormentas? De angústias e medo? De lenta desesperança? Não é o que penso, vencida a primeira etapa daquelas tormentas. Mantenho-me otimista quanto a espécie humana e cultivo o nobre sentimento do ceticismo. O aprendizado humano é lento. Feito de milênios de paciência e de invencível obstinação. O espetáculo da vida não é feito apenas de crescimento e aceleração, como estamos conhecendo nos dois últimos séculos. É lento, sinuoso, cheio de surpresas. Como agora, de novo. Foi assim há dez mil anos, quando inventamos a agricultura. Seguiram-se os grandes impérios e as civilizações do Egito, da Grécia e Roma. Alexandre, o Grande, viveu cerca de 300 anos antes de Cristo. Foi o primeiro Napoleão do planeta. Daquela época, nos ficaram Buda, Zoroastro, Abraão, Jesus Cristo. Depois veio Maomé e o islamismo. A expansão muçulmana. As grandes descobertas, Cabral e Colombo. O novo mundo. A Reforma, Gutenberg, o Iluminismo. A revolução industrial. E hoje, temos a pós-verdade e a pós-modernidade, nas bordas do fim da sociedade de consumo.

Há um futuro, talvez brilhante para a espécie humana. Por que não um retorno à natureza? Um retorno à espiritualidade? Um retorno ao respeito à individualidade? O fim da autoridade e do autoritarismo? Um novo matriarcado não será possível? Sim, existiu – é pouco conhecido e menos divulgado – uma sociedade matriarcal há cerca de cinco mil anos. Não um grupo isolado e efêmero. Sociedades que se espalharam pela Europa do paleolítico e deixaram esculturas de deusas-mães gordas e férteis. As escavações

arqueológicas jamais encontraram nestes sítios qualquer tipo de arma, ou mesmo de esqueletos que tiveram mortes violentas. Supõe-se que existiu uma civilização que não conheceu hierarquias, armas, propriedade e muito menos exércitos. Teria sido a Idade de Ouro, o Jardim do Éden, a Terra Prometida? Talvez estejamos a pleno caminho desse retorno. Não foi Nietzsche que escreveu sobre isto, assim como os filósofos da Grécia antiga? O espetáculo admirável da vida e do planeta, da história e dos homens, continua admiravelmente o mesmo. Também nos dias interessantes em que fomos contemplados. Espetáculo curto, mas sempre fascinante. Como agora.

# 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2017

Dia 9 de FEVEREIRO, às 19h30 hs, na sede da ACADEMIA, à Sociedade Harmonia Lyra, Salão Nobre (Sala Mozart)

## PROGRAMA:

I - Ordem do dia

II – Apresentação e entrega do Suplemento Literário

**HEKADEMEIA 3: Nossos Romancistas**, de janeiro/2017

III - Lançamento e entrega do Suplemento Literário

**HEKADEMEIA 4: Nossos Historiadores**, fevereiro/2017

IV – Apresentação e discussão do projeto do livro **ENSAIO 2**

V – Apresentação, discussão e lançamento dos **Concursos Literários da Academia** para Ensino Fundamental e Médio

VI – Café Acadêmico

## APOIO CULTURAL

**Jornal dos Bairros** de Joinville

Jornal do IRIRIÚ – Jornal de PIRABEIRABA

**Ari Silveira de Souza**

Jornalista Editor – DRT 0037/SC



[www.jornalbairros.com.br](http://www.jornalbairros.com.br)

Rua Erico Herhaus, 135 – Iriú  
CEP 89227-490

[imprensa@jornalbairros.com.br](mailto:imprensa@jornalbairros.com.br)

Fone 3025-4832